

(Sarney) não encontra resposta do Congresso

Celson Franco

O Governo fracassou pelo menos até agora, na tentativa de atrair o Congresso para dividir a administração da crise. Falhou também a tentativa do seu líder na Câmara, Luis Roberto Ponte, de levar ao Palácio da Alvorada um grupo — quanto maior, melhor — de deputado e senadores que, convencidos da iminência da hiperinflação, prestariam ao Governo sua solidariedade para evitar o caos. A reunião foi cancelada.

Anteontem, Luis Roberto Ponte confessava, meio desanimado, que o Governo conta com o medo, já que o bom senso não foi suficiente, para convencer aos parlamentares da necessidade de apoiar o Executivo nas medidas de caráter recessivo, mesmo que estejam em pleno processo eleitoral.

O ex-ministro Delfim Netto acredita que o Congresso apoiará as decisões do Governo, se ele assumir sua responsabilidade. César Maia também acha que isso deve ocorrer. Só não concorda com o argumento de que o Executivo, se não tiver o apoio dos congressistas, empurrará a situação com a barriga até o final do ano, sustentando uma taxa inflacionária em torno de 20 por cento.

Processo Inflacionário

O presidente José Sarney não pintou o monstro da crise mais feio do que é, nem maior do que lhe parece, porque ele é mas assustador do que o Governo imagina. Depois, o que o Executivo tenta, no momento, é evitar o pânico da população, que poderia precipitar e tornar incontrolável o processo inflacionário, jogando o país no caos da

hiperinflação.

Isso é o que pensa o economista e deputado César Maia, do PDT, para quem a onda da hiperinflação está se formando. E poderá quebrar já no mês de setembro — setembro negro — se o Governo não adotar — assumindo o ônus pelas decisões impopulares — medidas duras de enfrentamento da crise, no máximo até o final de julho.

Semana passada, um dia após a reunião do Conselho da República, no Palácio da Alvorada, um ex-ministro de Sarney dizia que “o que o Governo quer é evitar o pânico da população”. A situação, completou, “embora não seja desesperadora, é muito grave”.

Por isso, o pacto de silêncio que os participantes da reunião no Palácio da Alvorada fizeram sobre o encontro com o presidente da República e os ministros do Planejamento e da Fazenda, João Batista de Abreu e Mailson da Nobrega. Se não saíram convencidos da necessidade de dividir com o Governo a responsabilidade pelas medidas recessivas, voltaram ao Congresso com a certeza de que o fator psicológico, mais do que um dos componentes da inflação, é um componente fundamental da crise.

Nelson Carneiro na última terça-feira, enviou a seguinte convocação a alguns parlamentares: “ninguém melhor do que o ilustre colega teve conhecimento da grave situação econômica do País e das possibilidades de seu agravamento, pondo em risco a própria estabilidade democrática. Como presidente do Congresso Nacional, fora e acima dos partidos, venho convocá-lo para uma reunião em meu gabinete...”

Covas quer pacto, mas só depois da eleição

O candidato do PSDB à Presidência da República, senador Mário Covas (SP), ocupará a tribuna do Senado, hoje à tarde, para um pronunciamento à Nação, no qual vai defender um movimento de mobilização nacional logo após o término do governo do presidente José Sarney para apoio ao novo Presidente da República, seja qual for o candidato a ser eleito a 15 de novembro ou no segundo turno.

Sem essa mobilização nacional de apoio ao governo, ao seu programa, o novo presidente, saído das urnas, não terá respaldo para implantar o seu programa de governo, vai ressaltar Mário Covas no seu pronunciamento no Senado.

Essa deverá ser a principal tônica do discurso do candidato “tu-

cano” - no seu primeiro pronunciamento da tribuna desde o início da sua campanha presidencial -, onde Mário Covas vai, analisar amplamente a situação econômica do País, fazendo um histórico, uma avaliação e, em seguida, uma proposta de ação.

Quatro tópicos nortearão o discurso de Mário Covas hoje: um exame das dívidas externa e interna, a necessidade de retomada do processo de desenvolvimento do País para uma melhor distribuição de renda, processo de privatização das estatais, considerando que está na hora de o Estado se afastar de alguns setores e a necessidade de união de todos os brasileiros em torno do presidente que vier a ser eleito.